

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.465 - SP (2019/0297959-1)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
WAGNER RIBEIRO DE OLIVEIRA - SP265925
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ADILIO JUNIOR MOISES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO. FALTA GRAVE (EVASÃO). INTERRUPTÃO DO LAPSO PARA A AQUISIÇÃO DE BENEFÍCIOS. EXCEÇÃO PARA LIVRAMENTO CONDICIONAL, COMUTAÇÃO E INDULTO. SÚMULAS 441/STJ E 535/STJ. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO.

Ordem concedida liminarmente nos termos do dispositivo.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, impetrado em favor de **Adílio Júnior Moisés**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo (Agravado de Execução Penal n. 0001086-12.2019.8.26.0496).

Consta dos autos que o Juízo das Execuções Criminais, em razão da prática de falta grave pelo ora paciente (fuga), determinou a regressão de regime e a alteração da data-base para concessão de benefícios, inclusive livramento condicional (fls. 83/93).

Inconformada, a defesa interpôs agravo em execução, suscitando afronta ao entendimento exteriorizado no enunciado sumular n. 441/STJ.

O recurso, no entanto, foi desprovido, nos termos do acórdão assim ementado (fl. 110):

Agravo em Execução - FALTA GRAVE Consequências Interrupção do lapso para concessão de benefícios, inclusive livramento condicional Possibilidade - Agravo desprovido.

Ainda irresignada, a defesa impetrou o presente *writ*, no qual insistiu na tese de ilegalidade da decisão que interrompeu o lapso para fins de livramento condicional em razão da prática de falta grave.

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

Da análise dos autos, verifico a existência de nítido constrangimento ilegal a ser sanado, o que autoriza a concessão da ordem *in limine*.

Isso porque o acórdão ora impugnado se encontra em dissonância com a jurisprudência consolidada deste Superior Tribunal, no sentido de que o cometimento de falta grave decorrente de novo crime não interrompe o prazo para obtenção do livramento condicional (Súmula n. 441/STJ) e nem para a comutação de pena ou o indulto (Súmula n. 535/STJ).

No mesmo sentido, confira-se: HC n. 449.472/SP, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 28/6/2018.

Pelo exposto, **concedo** liminarmente a ordem para determinar que a data-base para a concessão de livramento condicional, comutação e indulto não se altere em decorrência da prática de falta grave (Processo n. 0001079-54.2018.8.26.0496, DEECRIM 6ª RAJ – comarca de Ribeirão Preto/SP).

Publique-se.

Intime-se o Ministério Público estadual.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator